



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS**

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**EMPREENHIMENTOS HIDRELÉTRICOS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI
(BAP) – A EXPLORAÇÃO ENERGÉTICA E A INTEGRIDADE ECOLÓGICA
DO PANTANAL**

Aos 20 dias do mês de julho de 2010, na sede da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, localizada na Avenida Afonso Pena, 4.444, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, realizou-se a audiência pública para os fins do disposto no art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, regularmente convocada por meio de avisos de convocação, com a presença dos Procuradores da República Emerson Kalif Siqueira, Mário Lúcio Avelar e Wilson Rocha Assis, bem como do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Alexandre Lima Raslan, e demais participantes como demonstra a lista de presença que segue anexa. O objetivo da audiência pública foi o debate acerca da exploração energética da Bacia do Alto Paraguai e sua sustentabilidade ambiental, de modo a contribuir para a tomada de decisão do Ministério Público sobre medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à tutela do meio ambiente.

A audiência Pública teve início às 14h com a fala do Procurador da República Wilson Rocha Assis que convidou para compor a mesa o Procurador da República Mário Lúcio Avelar, o Promotor de Justiça Alexandre Lima Raslan, o representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) Amílcar Guerreiro e o representante do IBAMA/MS Reginaldo Yamaciro. A audiência teve como mediador o Procurador da República Wilson Rocha Assis.

Durante a abertura foi exposto o objetivo de debater propostas e idéias, de modo a contribuir com a atuação democrática e fundamentada dos Ministérios Públicos presentes. Acrescentou-se que tramita na Procuradoria da República no município de

Corumbá/MS, desde março de 2009, um inquérito civil sobre o tema objeto da audiência, de modo que a pretensão do Ministério Público era partilhar as informações colhidas no curso da instrução do procedimento mencionado e obter soluções para equacionar os problemas já identificados. Foi dito que a postura do Ministério Público é de abertura e diálogo e que seria importante que todos estivessem à vontade para fazer os seus pronunciamentos e externar as opiniões e informações que entendessem adequadas.

Em seguida, o mediador agradeceu a presença de todos e deu como aberta a audiência pública, ressaltando que todos os presentes tinham a responsabilidade de encontrar meios para um modelo de exploração energética que atendessem as demandas do desenvolvimento econômico do país, mas que garantisse igualmente a preservação do meio ambiente. Explicou-se, em seguida, as regras básicas da audiência e solicitou-se que as pessoas e órgãos interessados em se manifestar procurassem a assessoria de comunicação do Ministério Público Federal.

Para instruir o debate de forma técnica e qualificada procedeu-se à apresentação da Dra. Débora Calheiros, pesquisadora da área de Ecologia de rios e planície de inundação da Embrapa Pantanal, há 20 anos na região. A pesquisadora deu início à sua apresentação, salientando que seu papel é dar base conceitual e técnica para o debate, informando que o Pantanal é uma grande planície de inundação, uma das maiores do mundo, e que é regida pelos chamados “pulsos de inundação”, que são os pulsos de cheia e seca anuais e interanuais que regem o funcionamento hidro-ecológico do sistema, que, caso alterado, promoverá mudanças nos seus processos ecológicos e, portanto, na qualidade dos serviços ambientais que oferece e dos quais depende a sustentabilidade das atividades econômicas tradicionais da sociedade pantaneira, como pecuária, pesca, turismo de pesca e pesca tradicional.

Salientou ainda que o Pantanal é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, Patrimônio da Humanidade e Reserva pela Biosfera pela Unesco (2000), além de possuir 3 áreas consideradas como sítio Ramsar de importância internacional e que, como tal, deveria ter por parte do poder público e de toda a sociedade um olhar diferenciado para que seu desenvolvimento econômico possa ser realmente construído com base na sua conservação, como determina a Constituição Federal.

Débora Calheiros também ressaltou que a região do Pantanal tem sofrido vários impactos ambientais relacionados a atividades antrópicas em especial relacionadas ao uso agropecuário no planalto e o aumento do desmatamento na planície que tem gerado problemas de erosão e assoreamentos nos rios formadores do Pantanal. Acrescentou a relevância da audiência pública, que discute a implantação de 116 empreendimentos hidroenergéticos na BAP, que, em conjunto com estes impactos já citados (desmatamento e uso agropecuário), tem elevado potencial de alterar o funcionamento hidro-ecológico de todo o sistema da Bacia do Alto Paraguai/Planície Pantaneira. Explicou também que é necessário se ter uma visão integrada do sistema, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, para garantir sua conservação e funcionalidade como rege a Resolução No. 01/1986 do CONAMA e a Lei de Recursos Hídricos 9.433/1997. Para tal, recomenda a aplicação do conceito de Manejo de Ecossistemas, pelo qual, com base na compreensão científica do funcionamento dos processos hidro-ecológicos do sistema BAP/Pantanal, seja possível utilizar seus recursos naturais de forma racional, garantindo a qualidade ambiental e, desta forma, a sustentabilidade das atividades econômicas tradicionais da região, bem como os valores sociais e culturais da população pantaneira.

Em seguida, houve a exposição do antropólogo do Ministério Público Federal Marcos Homero Ferreira Lima, que relatou sua experiência com comunidades ribeirinhas e indígenas, bem como os impactos sociológicos e antropológicos causados por empreendimentos hidrelétricos nestas comunidades tradicionais.

Homero iniciou sua fala expondo que a crise ecológica e a necessidade de produção de energia limpa seria responsabilidade de todos. O antropólogo ressaltou que quando se usa esse paradigma, comete-se o que alguns teóricos denominam de “Injustiça Ambiental”, sustentando que as responsabilidades generalizadas seriam de todas as pessoas e de todos os grupos sociais, como se todos fossem afetados da mesma forma quando se constrói uma hidrelétrica ou um grande empreendimento, com vantagens para toda a sociedade. Todavia, destacou que as populações mais afetadas são as populações minoritárias, as minorias étnicas. Esclareceu que o termo “minorias” não é identificado, aqui, por critério quantitativo e sim por menor possibilidade de acesso aos centros de poder e decisão do Estado. Quando se constrói um empreendimento procura-se democratizar as consultas. Contudo, Homero observou que não estava presente naquela audiência nenhum representante dos atingidos pelas barragens. Da mesma

forma, é muito comum que em processos de Estudos de Impactos Ambientais ocorra a mesma situação, ou seja, a presença de órgãos e pessoas interessadas no debate do tema, mas também a completa ausência das populações que sofrem os impactos diretos dos empreendimentos.

Outro ponto ressaltado pelo antropólogo é a compreensão de que o debate da ecologia deve incluir também o homem como um ser vivo em suas relações com o ambiente. Na visão da antropologia ecológica ou ecologia cultural, leva-se em conta a participação do homem enquanto ser vivo que se adapta ao meio ambiente; que o Pantanal é um bioma bastante importante em que os grupos humanos que ali tradicionalmente se alocaram têm um conjunto de conhecimentos culturalmente adquiridos e acumulados que fazem com que aquela adaptação seja possível. Alguns teóricos cunham o conceito de “Racismo Ecológico”, a partir da constatação de que alguns empreendimentos são feitos de modo a atingir justamente as populações etnicamente minoritárias, dando como exemplo a problemática ocorrida na Reserva Indígena de Dourados (MS), com a implantação de um lixão, de uma estrada e de uma linha de transmissão de energia construídos de modo que afetam sobremaneira a Reserva Indígena, mas que poderiam ter se instalado em qualquer outro lugar. São portanto, exemplos de alocação de empreendimentos e de riscos próximos a grupos que têm menor acesso aos locais de tomada de decisão.

O antropólogo chamou ainda a atenção para o fato de que o Pantanal está cheio de minorias e que o Estado de Mato Grosso do Sul infelizmente tem uma certa dificuldade de enxergar as minorias existentes; que esta invisibilidade acaba por obnubilar a percepção da presença destas minorias que ocorre com muita pujança no eixo sul do Estado, mas que certamente também ocorre na parte mais ao norte, onde fica a região do Pantanal.

Em seguida o Procurador da República Wilson Rocha Assis fez uma pequena apresentação na qual foi exposta a visão do Ministério Público acerca do problema e alguns possíveis encaminhamento que deveriam ser debatidos na audiência. Assim, foi apresentada uma proposta inicial construída pelos Ministérios Públicos presentes, que entendem como necessário:

a) a criação e implementação de um Grupo Técnico (GT) multi-institucional e multidisciplinar para definir as diretrizes ambientais necessárias para a concepção de

novos projetos de geração de energia elétrica na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP), considerando os efeitos sinérgicos e cumulativos resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de aproveitamentos hidrelétricos daquela bacia hidrográfica;

b) a elaboração, pelo mencionado GT, de um Termo de Referência (TR), para fins de nortear a execução de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos aproveitamentos hidrelétricos na Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) através da definição de uma estrutura metodológica da AAI;

c) a adoção de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e Avaliação Ambiental Integrada (AAI), como ferramentas de análise da Gestão Ambiental Integrada, dos potenciais aproveitamentos hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP);

d) avaliar a situação ambiental da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) com os empreendimentos hidrelétricos implantados e os potenciais barramentos, considerando seus efeitos cumulativos e sinérgicos sobre os recursos naturais e as populações humanas; bem como os usos atuais e potenciais dos recursos hídricos no horizonte atual e futuro de planejamento, tendo em conta a necessidade de compatibilizar a geração de energia com a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio hidroecológico;

e) avaliar a viabilidade dos regimes de operação dos empreendimentos hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai (BAP) em um regime “ecológico”, de modo a minimizar seus impactos ambientais e garantir as variações da sazonalidade e valores das vazões naturais dos rios da Bacia;

f) necessidade de os órgãos licenciadores discutirem a possibilidade de assumir a obrigação de não-fazer consistente em abster-se de conceder qualquer tipo de licença (LP, LI e LO) a quaisquer empreendimentos hidrelétricos (UHEs e PCHs) a serem implementados sem a prévia apresentação, análise e aprovação de Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica que deverá contemplar e observar, no mínimo, os pressupostos concernentes à abrangência e metodologia definidos em Termo de Referência a ser elaborado por Grupo de Trabalho específico;

g) necessidade de os órgãos licenciadores discutirem a possibilidade de assumir a obrigação de fazer consistente em inserir expressamente em todas as Licenças (Prévia e de Instalação) expedidas para a instalação de UHEs e PCHs, cujas obras não tiverem sido iniciadas, a condicionante relativa à prévia apresentação de estudo referente à

Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica, sem o qual nenhum tipo de atividade poderá ser executada, inclusive, canteiro de obras e acampamento;

h) necessidade de os órgãos licenciadores discutirem a possibilidade de (i) abster-se de expedir Licença de Operação (Funcionamento) para a instalação de UHEs e PCHS que se encontram com Licença de Instalação expedida e em efetiva execução física das obras, até que seja apresentado, analisado e aprovado o estudo integrado da bacia referido anteriormente, bem como os respectivos EIA/RIMAs, e (ii) inserir expressamente nas Licenças de Operação (Funcionamento) de empreendimentos que se encontram em funcionamento, novas exigências eventualmente decorrentes do Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica, quando da renovação das respectivas licenças.

O Procurador da República Wilson Rocha alertou para o fato de que a Avaliação Ambiental Integrada da Bacia Hidrográfica não afasta a necessidade da apresentação, análise e aprovação dos EIA/RIMAs de cada empreendimento hidrelétrico individualmente considerado, os quais, inclusive, antes da concessão das licenças, deverão ser cotejados, apreciados e confrontados com os estudos da bacia ora referidos, para eventual realização de novo EIA/RIMA ou sanar irregularidades, incongruências, insuficiência técnica e de dados. Na finalização de sua fala Wilson Rocha sugeriu que as propostas formuladas pelo Ministério Público fossem analisadas pelos presentes, que poderiam apresentar sugestões, críticas e considerações cabíveis.

Na sequência o Promotor de Justiça Alexandre Raslan tomou a palavra e ressaltou que os estados de MS e MT têm buscado diversificar suas matrizes econômicas, o que já é uma realidade, razão pela qual a paisagem natural dos estados foi alterada; que a sociedade deve pensar sobre o que se quer em um futuro próximo e distante, tanto do ponto de vista do desenvolvimento econômico como da preservação dos recursos naturais. Segundo ele a demanda energética existe, mas também há a necessidade de manutenção de um ambiente equilibrado e saudável para vivermos.

O Promotor de Justiça cita o caso recente de mortes de gado no Estado por conta das baixas temperaturas registradas. E atesta que o motivo disto tudo é a falta de adequado manejo ambiental da produção. Os problemas costumam ser vistos pontualmente como se fosse simplesmente o frio, esquecendo-se da influência do homem nas alterações do clima. Que a grande virtude da audiência pública que se realizava era a proposta de indagações tais como: Quais as consequências que nós queremos? Quais consequências nós podemos suportar? Qual a quantidade de energia

efetivamente necessária e a que custo essa energia virá? Alexandre Raslan esclarece que a proposta do Ministério Público não é estabelecer lados e sim alcançar com a ajuda de todos uma solução plausível para os problemas apresentados.

O Promotor atentou ainda para a forma com que esses empreendimentos hidroenergéticos são financiados. Destacou que no Brasil são pouquíssimos os que empreendem com dinheiro próprio, sendo sempre necessário o acesso a recursos públicos via BNDES, FCO, FGTS. Ele propõe que esse aspecto também tenha uma atenção especial, sendo que, quando houver a necessidade de se punir alguém por conta de alguma infração às leis ambientais, que sejam responsabilizados desde o executor da prática degradante até aquele que financia ou tem o controle acionário de qualquer destes empreendimentos.

Na sequência, fez uso da palavra Amílcar Guerreiro, Diretor de Estudos Econômicos, Energéticos e Ambientais da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A princípio fez breve explanação sobre a Empresa de Pesquisa Energética, citando que ela é uma Empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia; que iniciou suas operações de fato em 02/01/2005 e é responsável pelos estudos de planejamento do setor energético, envolvendo energia elétrica, petróleo, gás, fontes renováveis, geração nuclear, carvão e eficiência energética.

Sobre a questão energética brasileira, afirmou que há apenas duas formas de se guardar energia: a pilha e a água. Esclareceu que o desenvolvimento do potencial energético do mundo guarda uma estreita relação com o mapa da pobreza do mundo. Atestou **que está fora de questão discutir a necessidade da elaboração destes dois estudos propostos (AAI e AAE), já que são imprescindíveis para a manutenção e sustentabilidade de regiões sob perigo.** Afirmou que há diversas Bacias para as quais já foi realizada a Avaliação Ambiental Integrada, elabora pela EPE, sendo elas Araguaia, Aripuanã, Branco, Doce, Jari, Juruena, Paraíba do Sul, Paranaíba, Parnaíba, Teles Pires, Tibagi, Tocantins, Trombetas, Sucunduri e Uruguai.

O representante da EPE informou ainda que, **na Bacia do Alto Paraguai, 70% do potencial energético já está sendo explorado.** Que referido índice de aproveitamento é um índice elevado em qualquer Bacia. A Bacia do Paraná, que é uma das Bacias com um dos maior índices de aproveitamento de recursos, opera com índices próximo aos 70%. Em seguida apresentou dados das quatro principais usinas que estão instaladas na BAP, que juntas somam 40% do potencial hidroenergético da região:

UHE Manso	210,9 MW	rio Manso	MT
UHE Ponte de Pedra	176,1 MW	rio Correntes	MT/MS
UHE Itiquira I e II	156,1 MW	rio Itiquira	MT
UHE Jauru	121,5 MW	rios Indiavaí/Jauru	MT

Para finalizar sua apresentação, Amílcar Guerreiro explicou que a EPE encaminhou ao Ministério Público Federal em Corumbá ofício informando a previsão de recursos orçamentários para a elaboração da Avaliação Ambiental Integrada na Bacia do Alto Paraguai no ano de 2010. Todavia, informou que, em razão de adequações no orçamento, essa verba foi reduzida o que comprometeria a realização do estudo através da EPE. Ele acrescentou que a iniciativa de elaboração da AAI pode partir do setor privado e que, de qualquer forma, caso se decida pela realização da AAI da Bacia do Alto Paraguai, a **EPE poderá oferecer suporte técnico à coordenação e supervisão dos mesmos.**

Em seguida, manifestou-se Reginaldo Yamaciro, analista ambiental do núcleo de licenciamentos ambientais da superintendência do IBAMA de Mato Grosso do Sul. Informou que existem cinco projetos sob a responsabilidade do IBAMA/MS para licenciamento, sendo que três deles (PCH Aquários, PCH Santa Gabriela e UHE Ponte de Pedra) já estão em operação, todos na região do Rio Correntes. Acrescentou que existe um processo de licenciamento com entrada recente nos sistemas da autarquia, que é a PCH Santa Paula, no rio Correntes, que ainda está em fase inicial e sem nenhuma vistoria pelo órgão ambiental. O quinto empreendimento é a PCH Taquarizinho, no rio Taquari, cuja vistoria está em discussão, com termo de referencia para o EIA/RIMA já elaborado no ano de 2009, sendo que o IBAMA está no aguardo do Estudo de Impacto Ambiental para dar parecer.

Reginaldo Yamaciro explicou que já existe uma avaliação Ambiental Estratégica do Pantanal, que começou a ser pensada em 1996 pelo Ministério do Meio Ambiente e foi realizado em parceria do MMA com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e a UNEMAT. Segundo o analista ambiental este documento serviria para dar suporte às tomadas de decisão, mas que o mesmo ainda não foi formalizado, razão pela qual não está sendo utilizado pelos órgãos ambientais.

O representante do IBAMA/MS comprometeu-se a verificar a situação da Avaliação Ambiental Estratégica do Pantanal, dando um retorno aos órgãos presentes.

Acrescentou que caso a resposta seja a de que o estudo não foi satisfatório, o IBAMA auxiliará na discussão de um novo termo de referência para a elaboração da AAE.

O mediador da audiência solicitou que o representante do IBAMA/MS, nos debates finais, se manifestasse sobre a possibilidade de frear os licenciamentos de novos empreendimentos (Licença Prévia, de Instalação e de Operação) nos termos colocados na exposição do Ministério Público Federal, até que fosse concluída a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) da Bacia do Alto Paraguai.

Em seguida, foi feita a exposição do IMASUL, pelo Sr. Roberto Ricardo Gonçalves. Na qualidade de representante do titular da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do governo do Estado de Mato Grosso do Sul, que se encontrava em Brasília, afirmou que quando foi convidado a assumir a sua função em 2007 havia um cenário deficitário de energia elétrica no Estado, que tinha que importar a energia utilizada. Que foram feitos, então, projetos de novos linhões de energia, que viabilizariam o aproveitamento da energia fornecida pelo Sistema Interligado Nacional, projetos estes inseridos no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) já em execução e em grande parte já implementados. Para a produção desta energia optou-se por algumas matrizes da biomassa a partir da co-geração ligada aos empreendimentos sucro-alcooleiros, siderúrgicos e florestais, todos com potencial de aproveitamento da biomassa para a geração de energia elétrica já com resultados bastante significativos de aumento de oferta de energia elétrica. A hidroeletricidade não foi deixada de lado, com base nos potenciais identificados pela ANEEL e já como resultado do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-MS). Que foram apresentados como recomendáveis os aproveitamentos hidrelétricos principalmente da bacia do Paraná e na sub-bacia do Sucuriú, onde tem início a construção do linhão que vem de Goiás, segue até Corumbá, passando por Aquidauana, estando já em execução até Aquidauana.

O órgão ambiental estadual expôs que a bacia do Paraguai possui potencial hidrelétrico, mas que há preocupação do ponto de vista ambiental no âmbito do IMASUL, a ponto de, em setembro de 2008, após a realização do workshop feito em Cuiabá, haver uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos com expedição de um ofício em outubro ao Secretário do Meio Ambiente solicitando ao Presidente da EPE a realização da AAI do aproveitamento hidrelétrico da BAP como um todo. É bom realçar que a instalação desses aproveitamentos não é proibida; que, ao contrário, no caso das PCHs, há estímulo pelo governo federal, inclusive, contando com uma

Resolução do CONAMA que estabelece procedimentos simplificados para o licenciamento deste tipo de empreendimento, de forma a acelerar a instalação dos mesmos e reduzir o risco de apagão no país.

No âmbito estadual, o IMASUL adotou a estratégia de solicitar para a instalação de PCH na bacia do Paraguai o EIA/RIMA específico da atividade, coisa que não acontece para as PCHs na bacia do Paraná onde, como foi dito, o próprio ZEE-MS na sua primeira aproximação, identifica como recomendável o aproveitamento hidroelétrico da bacia do Sucuriú e identifica como possível, sob manejo especial, o aproveitamento hidroelétrico na bacia do Paraguai, desde que envolvendo uma série de exigências prévias como o caso da exigência do EIA/RIMA. Basicamente essa é a posição que o governo do Estado vem adotando e seguindo, não tendo o IMASUL uma resposta oficial ainda da EPE em função dessa solicitação realizada em outubro de 2008, mas pelo que se pode perceber aqui já está nos planos da EPE desenvolver essa AAI. Ao final, o representante do IMASUL se colocou à disposição se houver necessidade de algum outro esclarecimento.

O mediador retomou a palavra solicitando ao representante do IMASUL que, da mesma forma que fez em relação ao representante do IBAMA, se manifestasse nos debates finais sobre a **possibilidade de suspender os licenciamentos de novos empreendimentos na bacia do Alto Paraguai enquanto não concluída a AAI e a AAE. No mesmo ato, Roberto Gonçalves afirmou que, como representante do Secretário, não está sob sua alçada este tipo de decisão; que ele levará a proposta ao Secretário e aos superiores para ser avaliada.** O representante do IMASUL acrescentou que existe um Termo de Referência expedido para uma PCH na bacia do Coxim, já tendo havido uma reunião com os representantes da região de Coxim – os prefeitos integrantes do COINTA, o Consórcio Intermunicipal da bacia do Taquari – e foram levantadas questões que realmente preocupam o órgão ambiental com relação a esses aproveitamentos hidroelétricos, não só pelos aspectos ecológicos (migração reprodutiva etc), mas também pelas questões econômicas ligadas ao turismo de pesca e à navegação, que ficaria interrompida poucos quilômetros a montante da cidade de Coxim. Que o IMASUL preocupa-se, em particular, com a questão levantada pelo Sr. Nilo Peçanha Coelho, do COINTA, relativa a problemas sismológicos na região, pois houve recente terremoto com epicentro próximo a Coxim, por sorte sem maiores danos sociais já que a região do Pantanal é desabitada. Que o problema já havia sido previsto por um pesquisador da Embrapa, Osni Corrêa de Souza, já falecido, que havia

identificado e alertado sobre esta possibilidade há alguns anos. Que epicentro do terremoto foi identificado a cerca de 40 km do local em que o Dr. Osni apontou como potencial de ocorrência de acomodações geológicas, o qual se estende ao longo do Taquari até a região quase próxima ao Parque das Emas e até o Parque Estadual das Nascentes do Taquari. Assim, esta questão também deve ser levantada nos estudos a serem realizados.

Em seguida, manifestou-se a representante da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso, Suzan Lannes, que colocou à disposição todo o banco de dados da Secretaria, bem como as imagens e todo os processos de licenciamento ocorridos no Estado. Afirmou que já contam com Licença de Operação as Usinas de Manso, Juba I, Juba II, Itiquira e Jauru, as maiores, e mais quinze PCHs; que há cinco PCHs em fase de Licença de Instalação; uma em fase de Licença Prévia e mais uma em fase inicial de licenciamento, totalizando 22 PCHs no Estado. Suzan Lannes ressaltou que, **a princípio, o Estado concorda com as propostas formuladas pelo Ministério Público na fala do Procurador Wilson Rocha, desde que haja uma determinação oficial para tanto, comprometendo-se a Secretaria a respeitar o que for determinado em razão da audiência.** A representante da Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso ressaltou ser de extrema importância trabalhar o arcabouço legal sobre a questão, pois até o momento, não há limites que impeçam a implantação desses tipos de empreendimentos na bacia.

Posteriormente, foi chamado à fala o representante do Ministério de Minas de Energia, constatando-se que, mesmo tendo confirmado a presença, o órgão não compareceu.

Convocou-se, então, o município de Coxim, pelo qual se manifestou Claiton Oliveira, que expôs **a preocupação da prefeita e dos munícipes de Coxim em relação à implantação das PCHs, por conta do risco que oferecem e da possibilidade de implantação de um grande número de empreendimentos naquela mesma região.** Destacou que, para o Município de Coxim, o Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Mato Grosso do Sul não contemplou a geração de energia como potencialidade econômica prevista para a região. Que o referido plano aponta a silvicultura, turismo, apicultura e a própria pesca como vocação econômica regional. Alertou que a instalação das PCHs também seria conflitante com a versão preliminar do Zoneamento Ecológico Econômico. O representante do município de Coxim aduziu como preocupação que seja respeitada a vocação da região, trazendo-se à discussão as

fragilidades ambientais apresentadas no próprio ZEE-MS. Ressaltou que, no Município de Coxim, há cerca 530 pescadores, devidamente registrados na Colônia de Pesca Z2 e no Ministério da Pesca e que se deve respeitar os pareceres jurídicos e técnicos no trato da questão ambiental. Claiton Oliveira menciona que os riscos e imprevisibilidades são muito grandes e que não podemos colocar à mercê das possibilidades e erros uma decisão que pode implicar em prejuízo grave ao futuro dos habitantes daquela região e às futuras gerações.

Em seguida convidou-se a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para se pronunciar. Bianca Mattos afirmou que não compõe o Departamento que cuida da Avaliação Ambiental Estratégica no âmbito do MMA, mas que, conversando com as pessoas responsáveis, indagou sobre o estudo mencionado (a AAE da BAP/Pantanal), realizado com grande esforço de várias instituições. Que não obteve resposta sobre a conclusão e o resultado final dos estudos da AAE do Pantanal. Acrescentou que, além da AAE que já foi iniciada pelo MMA, está em curso o chamado Plano Estratégico de Ações para a Bacia do Alto Paraguai, encabeçado pela Agência Nacional de Águas - ANA, que empreende um esforço para atualizá-lo, incluindo aspectos que não foram contemplados na época, como a questão da geração de energia. Que o referido estudo é uma ferramenta e um instrumento de planejamento ambiental que pode ser utilizado para resolver diversas questões que foram apresentadas para debate. Informou que o tema das hidrelétricas na BAP foi levado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos pela Dra. Débora, através de uma apresentação na plenária do Conselho, no começo de 2009. Que a questão foi encaminhada para a Câmara Técnica de Análise de Projetos - CTAP no final do mesmo ano, para que esta Câmara decida e encaminhe o debate do tema. Acrescentou que **em agosto, nos dias 26 e 27, haverá uma reunião da CTAP, com participação de vários atores como EPE, ANA, Conselho Estadual de Recursos Hídricos do MS e do MT.** Além desses esforços dentro do CNRH, na Secretaria de Recursos Hídricos (SRHU) do MMA há um esforço para se fazer a integração da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos. Várias oficinas estão ocorrendo desde o ano passado com enfoque em ecorregiões aquáticas e determinação de vazão ecológica e vazão ambiental de barragens. Todos os temas afetos a esta questão, principalmente no Pantanal, também estão em curso na SRHU, que está à disposição para enriquecer o debate.

A seguir, a ONG ECOA, através de Sílvia Santana, apresentou seus trabalhos nas questões que envolvem o funcionamento e a manutenção do Pantanal. Expôs que a questão das PCHs e hidrelétricas compõe a agenda da entidade e que se considera co-responsáveis pela discussão. Que após o Workshop de 2008, já citado, começou-se a trabalhar de forma mais efetiva no tema, formando-se um corpo de estudiosos que fornecesse o respaldo técnico para embasar e auxiliar a discussão do tema, em parceria com a Embrapa/Pantanal, UFMS e UFMT. Que encaminharam a temática ao CNRH e Câmaras Técnicas, bem como ao CERH-MS e IMASUL por meio de cartas, solicitações e contatos. Sílvia Santana manifestou a preocupação da ONG com os impactos sociais e econômicos desses empreendimentos na BAP, trazendo como exemplo a experiência da diligência realizada há um mês ao empreendimento Ponte de Pedra no rio Correntes, na divisa de MS e MT. Juntamente com o Jornal Correio do Estado e o Procurador da República Wilson Rocha visitaram a região e colheram depoimentos de ribeirinhos, pescadores e profissionais de turismo, que relataram prejuízos com o desaparecimento do pescado, insuficiente até mesmo para fins de subsistência, o assoreamento do rio que dificulta a navegação, as mudanças no leito do rio, a alteração do pulso das cheias, a dificuldade de os peixes subirem na época de desova. A complexidade do processo implica ainda a perda das referências culturais destas comunidades, como se pode constatar dos relatos que foram exibidos. Sílvia Santana concluiu firmando o compromisso e esforço da entidade para levar informação à sociedade civil, buscando as soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos que envolvem o tema.

Dada a palavra a Arlindo Batista dos Santos Filho, Presidente da Federação dos Pescadores de Mato Grosso do Sul. Invocando a natureza como criação divina e relatando sua experiência de vida, disse que viveu e sobreviveu da pesca por 17 anos, sendo depois convidado a assumir a Presidência da Colônia de Pesca de Coxim, cargo que exerceu por 10 anos. Que atualmente foi eleito Presidente da Federação de Pesca do Estado de Mato Grosso do Sul e apresenta o protesto da categoria contra a instalação dos empreendimentos hidrelétricos na BAP. Apresenta dúvidas sobre os reais beneficiários deste tipo de empreendimento e ressalta os prejuízos que sofrerão os pescadores, donos de hotéis, restaurantes. Ressaltou, portanto, que apoia a proposta do Ministério Público de suspender a instalação de novos empreendimentos até a conclusão dos estudos. Ressalta que os prejuízos à natureza são notórios e visíveis e que registrou a mortandade de peixes ocorrida quando do enchimento do reservatório da UHE Ponte

de Pedra. Alertou que, naquela oportunidade, entrevistou o diretor da Usina, Sr. Arlindo, que disse que sabia que aconteceria uma grande mortandade de peixes. Encerrou sua fala acrescentando que as usinas na bacia do rio Taquari são prejudiciais ao Pantanal.

Em seguida foi lido um abaixo-assinado que já conta com mais de 1.500 assinaturas com o fim de cessar a instalação das barragens no entorno do Pantanal.

Depois, tomou a palavra Vladimir Ferreira, vereador da cidade de Coxim, que informou a presença de uma comitiva de vereadores daquele Município, entre eles Aluizio José, Miron Vilela e Sidney Assis. O vereador explicou que desde o ano passado o município de Coxim vem discutindo o assunto manifestando preocupação acentuada com a implantação dos empreendimentos energéticos na Região. Acrescentou que as PCHs não geram retorno tributário para o Município, empregos ou qualquer tipo de compensação para quem mora na região. Falou da importância do turismo em Coxim, havendo muitas famílias que sobrevivem diretamente do turismo pesqueiro. Vladimir Ferreira discorreu ainda sobre a falta de transparência dos processos de consulta à sociedade, que não participou em momento alguns das tomadas de decisão. O vereador questionou a estratégia dos empreendedores, que dão preferência à instalação de vários empreendimentos de pequeno porte, com o fim de obter os benefícios fiscais concedidos às PCHs.

Em seguida, foram abertos os debates finais destinados à replica de órgãos mencionados em quaisquer dos pronunciamentos, esclarecimentos técnicos e sobre as medidas judiciais e extras-judiciais propostas pelo Ministério público.

Dada a palavra ao Procurador da República Mario Lúcio Avelar, declarou-se bastante preocupado com o grande número de projetos que se pretende implantar na BAP; que no estado de MT há preocupação com a instalação de empreendimentos também em outras Bacias, como a do rio Teles Pires. Esclareceu que nos vários empreendimentos a realidade encontrada é sempre a mesma; que os problemas aqui expostos são os mesmos encontrados em outros estados brasileiros. Lembrou que quando a EPE surgiu, houve a proposta de se desenvolver uma metodologia que controlasse os impactos ambientais e garantisse a sustentabilidade ambiental, econômica e social das regiões que passassem a ter suas riquezas hídricas exploradas. Todavia, o que se observou foi uma flexibilização cada vez maior da legislação ambiental.

Destacou que, no estado de Mato Grosso, a luta é contra a dispensa de EIA/RIMA para a construção de PCHs com menos 30 MWatts, contrariando as resoluções do CONAMA que exigem a elaboração de EIA/RIMA. Mário Lúcio explicou que existe uma representação encaminhada ao PGR há dois anos para a declaração de inconstitucionalidade dos diplomas que dispensam a realização de EIA/RIMA. O Procurador ressaltou que a Avaliação Ambiental Integrada surgiu em face das insuficiências dos estudos de impactos ambientais que são feitos em nosso país e menciona que há grandes interesses econômicos que influenciam na tomada de decisões. Expõe a lucratividade da geração de energia elétrica através de PCHs, com linhas de crédito no BNDES para financiar até 75% do custo total desse tipo empreendimento. Destaca que, via de regra, esses empreendimentos são licenciados a toque de caixa pelos órgãos estaduais do meio ambiente.

O Procurador Mário Lúcio acrescenta que há muito tempo procura compreender o que efetivamente é uma Avaliação Ambiental Integrada e não encontra no Direito Ambiental uma explicação plausível. Esclarece que as referidas avaliações deveriam servir para intervir nos procedimentos de Licenciamento Ambiental, o que efetivamente não acontece. Acrescenta que é um problema a falta de comunicação entre os órgãos ambientais dos vários níveis da federação, bem como com a EPE que produziu a Avaliação Ambiental Estratégica para cada região. O procurador questiona o fato de que estes estudos, na prática, não influenciam, não condicionam e não integram o processo de licenciamento das usinas hidrelétricas que são licenciadas por órgãos diversos que não se comunicam. Ou seja, o assunto dele ser levado em consideração e alternativas precisam surgir.

Nos debates finais, manifestou-se Suzan Lanes, representante da Secretaria de Meio Ambiente do estado de Mato Grosso, destacando a necessidade de se reforçar o arcabouço legal, no que se refere às PCHs, para a efetiva tutela do meio ambiente.

O senhor Reginaldo, responsável pela usina Ponte de Pedra, de propriedade da empresa Tractebel Energia, ressalta que a usina Ponte de Pedra está de portas abertas para receber todos os interessados no conhecimento de suas atividades. Mencionou a possibilidade de realização de um workshop para colocar a população do entorno da usina a par dos projetos ambientais desenvolvidos pelo empreendimento. O representante da empresa também explicou que é real o assoreamento a jusante da usina e acrescenta que a causa não é o empreendimento; que na verdade a barragem ajuda na

preservação do rio segurando os sedimentos, razão pela qual o reservatório da usina tem hoje 10 anos a menos de vida útil em relação aos cálculos iniciais. Finalizou informando que a Tractebel está disposta, em conjunto com outras entidades, a discutir intensamente o assunto, com diálogo e sem radicalismo.

Amílcar Guerreiro, da Empresa de Pesquisa Energética, ressaltou que não vê tanta desarticulação entre o IBAMA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e afirma que, algumas vezes, os empreendimentos atuam como mitigadores de danos ao meio ambiente. Citou o exemplo das enchentes no Nordeste, dizendo que a situação só não foi pior porque algumas barragens seguraram a água e impediram maiores impactos.

Reginaldo Yamaciro, do IBAMA/MS, falou a respeito da Avaliação Ambiental Estratégica e da obrigatoriedade da sua utilização. Explica, contudo, que não existe uma lei que obrigue o uso da Avaliação, e que ela é usada segundo critérios discricionários da administração. No que se refere à suspensão do licenciamento de novos empreendimentos, o representante do IBAMA informou que, independentemente de os projetos estarem em Mato Grosso do Sul, quem assina as licenças é o presidente do IBAMA. Reginaldo Yamaciro explicou que se o Ministério Público elaborar uma recomendação solicitando isso ao IBAMA, é possível frear a instalação dos empreendimentos que ainda estão em fase de estudo.

Homero Lima, antropólogo do Ministério Público Federal, relatou que, recentemente, fez um trabalho na região de Naviraí com uma comunidade que foi atingida pela construção de uma barragem. Ressaltou que alguns ribeirinhos entraram com ações para serem ressarcidos dos danos que sofreram, mas que não obtiveram o acolhimento de seus pleitos no Poder Judiciário. Que a Justiça determinou que, em primeiro lugar, eles provassem que são pescadores tradicionais profissionais; segundo, que deveriam provar o nexo causal entre a construção da usina e a diminuição dos peixes. Destacou a impossibilidade de que estas categorias produzissem as provas necessárias à tutela de seus direitos em juízo, o que gera uma situação de grave injustiça. O antropólogo ressaltou a invisibilidade destas comunidades e explicou sobre a necessidade de estas pessoas serem mantidas no seu espaço, em razão da forte relação que constroem com a região onde vivem.

Pelo Ministério do Meio Ambiente, Bianca Mattos afirmou que é uma grave falha o fato de a única forma de barrar todos os empreendimentos seja o licenciamento ambiental, já que existem diversos outros instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente que não são utilizados. Ressaltou que se os instrumentos de planejamento

fossem usados de maneira mais efetiva, o licenciamento seria muito mais tranquilo de ser tocado; se fosse feita uma Avaliação Ambiental Estratégica; se fossem efetivadas as recomendações presentes nos planos de recursos hídricos, tanto no plano nacional, nos planos estaduais e nos planos de bacia; se fossem mais do que recomendações e fossem utilizados de forma mais efetiva, talvez não se precisasse de um licenciamento tão forte. Esclareceu mais uma vez que este tema já está no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e fica mais uma vez o convite para a participação do MPF e de todos os presentes para acompanharem de alguma forma os trabalhos que serão realizados na Câmara Técnica de Análise de Projetos, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e no Ministério do Meio Ambiente, que já está sensível ao tema e trabalhando para o seu equacionamento.

Pela Câmara Municipal de Coxim, falou Miron Vilela que destacou que a região norte do rio Taquari, Coxim e Jauru estão ali para pedir “socorro”, por terem consciência de sua impotência para impedir a instalação dos empreendimentos. Expôs que eles têm dois grandes problemas na região: o assoreamento dos rios e a destruição total das microbacias. Informou existir uma legislação de 1982, que proibiu a industrialização daquela região. Que quando se proíbe a instalação de indústrias numa região, com o objetivo nobre de proteger o Pantanal, é para eles muito honroso cumprir estas leis, para proteger o Patrimônio da Humanidade. Todavia, sustentou que os potenciais ecológicos tornaram-se vitais como fonte geradora de emprego e renda para aquela região, de modo que, “pedir para eles abrirem mão desse potencial ecológico, para que se possa produzir energia, é pedir demais... É pedir que abram mão do único meio que restou para a sobrevivência do povo e da região...”

Acrescentou o vereador que o assoreamento na região é um problema seríssimo; que o rio Taquari era um rio navegável, de integração, sendo que até Coxim, a navegabilidade era de grande porte, sendo a região um entreposto para toda a região de Goiás e Mato Grosso. Então, afirmou ser grande a angústia e a preocupação de todos em face da gravidade da situação. Que ficaram muito felizes de saber que a discussão chegou onde tinha que chegar. Como foi afirmado pelos vereadores na Audiência Pública sobre o mesmo tema realizada em Coxim – MS anteriormente, a atuação do MPF seria necessária. Que é possível que os empreendimentos sejam autorizados, mas que tem esperança de que os potenciais ecológicos sejam preservados. Que é necessário utilizar-se critérios éticos e transparentes, respeitando-se os limites necessários à defesa do Pantanal.

Pela ECOA, houve a intervenção do senhor Alcides, que destacou a necessidade de exploração da energia solar no Brasil, não só para a geração de energia elétrica, mas também, por exemplo, para aquecimento da água. Considerou que o que se aponta para o futuro, para o desenvolvimento econômico, é a eficiência energética. Ressaltou que, na transmissão, perde-se até 16% da energia elétrica produzida, quando o aceitável em outras partes do mundo seria entre 6 e 7%. Ressaltou que é importante mostrar para a população que existem alternativas às barragens, como a biomassa pela qual também pode ser gerada energia elétrica, próximo dos centros consumidores. Com relação às PCHs do Pantanal, ressaltou que a questão possui forte viés econômico, porque a pesca é a atividade econômica da planície que mais gera trabalho e renda. Segundo o pesquisador, em Corumbá, cerca de 15.000 pessoas estão envolvidas direta e indiretamente com a pesca turística, que tem se mostrado uma atividade sustentável ao longo do tempo, além de manter na planície pantaneira milhares de pessoas que não tem outra alternativa de emprego. Citou como exemplo o ocorrido na região do rio Miranda, por ocasião da seca de 2008, quando 80% dos pescadores que trabalhavam com isca, sem alternativa, foram trabalhar nas carvoarias.

Débora Calheiros ressaltou que já existem estudos antigos na bacia como o EDIBAP - Estudo Integrado da Bacia do Alto Paraguai na década de 70, e o PCBAP - Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai, nos quais Ministérios do país investiram milhões de reais. A AAI e a AAE são ferramentas importantes, mas já existem esses estudos que podem subsidiar medidas para o desenvolvimento econômico sustentável da região. Por fim, salientou que a Constituição Federal dispõe para o Pantanal um outro tipo de desenvolvimento, sendo necessário outro olhar em relação a região, de modo a conservá-lo e utilizar seus recursos naturais em benefício de sua própria população, sendo essa a missão da Embrapa Pantanal.

Por fim, tomou a palavra o Promotor de Justiça, Alexandre Raslam, dizendo que o objetivo da Audiência foi alcançado, pois permitiu a colheita de valiosas informações. Destacou que o tema coloca em jogo o destino de pessoas, sendo imperativo considerar neste cenário o Princípio da Solidariedade, de modo que todos respondam pelo custo social da produção de energia. Que a Economia trata isso como “externalidade ambiental negativa”; o Direito trata isso no “princípio do poluidor-pagador”, e que essas questões devem ser tratadas primeiramente na esfera da prevenção. Que quando se fala em reparação, o debate torna-se quase uma aventura jurídica, no sentido de se constatar a dificuldade de se obter isso num Termo de

Ajustamento de Conduta ou numa sentença judicial; de essa disposição se manter até o seu trânsito em julgado; e, por fim, a aventura técnica de se efetivar na realidade aquele documento. O Promotor destacou que as responsabilidades devem ser assumidas no percurso, para não se chegar a eventos trágicos, como por exemplo, ter pessoas que trabalhavam numa atividade sustentável, contribuindo para a degradação ambiental, como no caso do deslocamento do isqueiro para a carvoaria. Destacou que a existência de reservatórios acarreta a incidência de novas doenças na região e a elevação do lençol freático. Por fim, acentuou que a questão energética deve ser pensada em termos amplos, alcançando as comodidades geradas mas também os custos sociais de sua produção, de modo que não se deve continuar privatizando os lucros e sociabilizando as perdas do processo de produção de energia.

Finalizando os trabalhos, o Procurador da República Wilson Rocha retomou a palavra, ressaltando a riqueza dos debates produzidos no curso da audiência, que alcançou em grande medida a complexidade dos problemas sociais, econômicos, ecológicos, antropológicos e políticos da questão. Ressaltou que a Audiência forneceu elementos muito substanciais para a atuação do Ministério Público, fortalecendo a convicção de que é possível uma solução para o problema apresentado. Destacou que as intervenções foram em sua maioria convergentes, sinalizando a esperança de que é possível uma solução que encaminhe a preservação do Pantanal de forma efetiva, real e concreta. Agradecendo a presença e a participação de todos deu-se por encerrada a Audiência.

A audiência pública foi gravada por meio áudio-visual. A presente ata foi lavrada pelo Procurador da República Wilson Rocha Assis_____. Anexa, a lista de todos os presentes.

Campo Grande, 20 de julho de 2010.